



Centrão quer tirar Estados de reforma

Deputados alegam que não votarão a favor de regras que afetam servidores estaduais, enquanto governadores criticam proposta em suas bases

Idiana Tomazelli, Adriana Fernandes e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

24 de abril de 2019 | 04h00

BRASÍLIA - Antes mesmo do aval da **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)**, os partidos do Centrão começaram a articular nova desidratação da **reforma da Previdência** na segunda etapa da tramitação do texto no Congresso, a comissão especial que será formada para analisar o conteúdo da proposta.

No alvo da tesourada do Centrão – grupo informal formado por partidos como PP, PR, DEM, PRB, Solidariedade – está a vinculação das regras de aposentadoria proposta aos servidores da União ao funcionalismo de Estados e municípios. Com a retirada da abrangência das regras, as administrações regionais deixariam de economizar R\$ 500,8 bilhões em 10 anos.



Oposição e governistas travaram várias discussões na sessão da CCJ de terça-feira. Foto: DIDA SAMPAIO/ESTADAO

O grupo também quer mexer nas alterações propostas para o abono salarial, aposentadoria rural e BPC (benefício pago a idosos de baixa renda), que representam juntas R\$ 228,5 bilhões, cerca de 20% da economia de R\$ 1,1 trilhão prevista pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Também está na mira a exigência de 60 anos

como idade mínima para professoras se aposentarem (hoje, é de 55 anos no setor público).

Os deputados do Centrão direcionaram a artilharia contra os governadores. Alegam que não vão votar a favor de regras que afetam a vida dos servidores dos Estados, enquanto os governadores criticam a proposta de reforma para seus eleitores.

O aviso foi dado em plenário da CCJ e nos corredores da Câmara. O líder do Podemos na Casa, José Nelto (GO), foi um dos que defenderam a retirada dos Estados da proposta. Segundo ele, o partido também vai querer reduzir o tempo mínimo para aposentadoria de professores.

O PSD cobra a retirada do BPC, das mudanças na aposentadoria rural e da chamada desconstitucionalização da reforma (pela proposta, algumas regras de acesso e cálculo dos benefícios da Previdência deixariam a Constituição e poderiam ser modificadas com a aprovação de projetos, que exigem número menor de votos). O deputado Fábio Trad (PSD-MS) disse que quer ainda estudar as regras de transição para os servidores públicos.

Paulo Pereira da Silva (SD-SP) foi um dos deputados mais críticos aos governadores e afirmou na CCJ que o presidente Jair Bolsonaro é a favor da retirada desse ponto. Paulinho disparou farpas contra o governador do Estado de São Paulo, João Doria. “Ele fica lá numa boa fazendo campanha para a Presidência”, rebateu. “Os governadores que façam a reforma lá nas suas assembleias.”

Reação

Liderança do PP disse ao **Estado** que os Estados e municípios vão sair do texto na comissão especial como resposta aos governadores que não estão fazendo campanha a favor da reforma. PP e PR foram os principais partidos que lideraram as mudanças da reforma na CCJ – uma derrota para o governo, que não contava com alterações no texto na comissão.

Para o coordenador da bancada do PR na CCJ, Marcelo Ramos (PR-AM), a vinculação das regras para os governadores fere a autonomia dos Estados. Segundo ele, a exclusão

tem apoio dos partidos. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que esteve reunido com os governadores, informou que eles pediram que os Estados e municípios sejam mantidos na reforma.

DEM, PSDB e Novo disputam relatoria

A corrida pela relatoria da comissão especial – posto de maior responsabilidade na tramitação da reforma da Previdência – tem mobilizado os partidos.

A equipe econômica tem preferência pelos deputados Eduardo Cury (PSDB-SP) ou Vinicius Poit (Novo-SP), mas há ainda a possibilidade de a relatoria ficar com Pedro Paulo (DEM-RJ), próximo do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Outro nome ventilado é o do líder da maioria, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Caminho da reforma

CCJ da Câmara - Discussão e aval na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que verifica se o texto respeita princípios constitucionais.

Comissão especial - Discussão por no mínimo 11 sessões em comissão especial, que analisa o teor do texto e pode fazer alterações.

Plenário da Câmara - Discussão e votação no plenário na Câmara: são necessários 308 votos (dos 513 deputados) em dois turnos.

CCJ do Senado - Discussão e aval na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Plenário do Senado - Discussão e votação no plenário do Senado: são necessários 49 votos (dos 81 senadores) em dois turnos.

Promulgação - Texto é promulgado pelo Congresso Nacional.

24/04/2019 - 05:00

Saneamento pode render R\$ 170 bi a Estados

Por Daniel Rittner e Fabio Graner

A equipe econômica estima que a privatização das companhias estatais de água e esgoto, estimulada pelo novo modelo legal do saneamento básico, pode gerar receitas de R\$ 130 bilhões a R\$ 170 bilhões para o caixa dos Estados. Os números têm origem em estudos feitos por consultorias privadas, mas o Ministério da Economia acredita que esse valor ficará perto do topo das projeções.

O ministro Paulo Guedes e seus auxiliares querem impulsionar o processo de privatização das empresas de saneamento não só com o avanço da MP 868, medida provisória que muda o marco regulatório do setor, mas como contrapartida ao resgate federal para Estados mais endividados. A venda da estatal Copasa, por exemplo, é esperada como parte do socorro da União para Minas Gerais e já teria aval do governador Romeu Zema (Novo).

O caminho é semelhante ao já trilhado nas negociações de socorro ao Rio de Janeiro, no qual a Cedae foi dada em garantia a um empréstimo no âmbito desse acordo. Essa operação tem sido contestada pelo governo estadual, embora a equipe econômica tenha convicção que a privatização da empresa para pagar o empréstimo será efetivada.

Guedes se reuniu nesta semana com o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator da MP 868, que apresenta hoje seu parecer na comissão mista responsável pela análise da proposta. Sua equipe ainda defende ajustes no texto original da medida provisória.

Publicada nos últimos dias do governo Michel Temer, a MP 868 favorece a participação da iniciativa privada no saneamento. O principal ponto é a exigência de que novos contratos para o abastecimento de água ou coleta e tratamento de esgoto tenham chamamentos públicos feitos pelos municípios (titulares do serviço).

Antes, as companhias estaduais ou municipais tinham direito de preferência. Grupos privados só entravam onde as estatais abriam mão desse direito. O receio era de um efeito colateral da MP: apenas municípios rentáveis (grandes cidades) atrairiam investidores, deixando o "osso" para as estatais, que correriam o risco de se tornar insustentáveis.

Para minimizar esse problema, o Ministério do Desenvolvimento Regional já havia apresentado mudanças importantes na semana passada, que devem ser acatadas por Tasso. A maior delas era a criação de "microrregiões", com blocos de municípios, juntando em um mesmo pacote localidades maiores (superavitárias) e menores (deficitárias) para oferta ao setor privado. Passaria aos governadores, então, definir a composição das microrregiões: por proximidade geográfica, pertencimento à mesma bacia hidrográfica ou por viabilidade econômica.



Tasso Jereissati: relator da MP 868 apresenta hoje parecer em comissão

A equipe econômica apontou, nas últimas horas, um dilema: e se os governos estaduais, para brevar a perda de participação de suas estatais, resolverem sentar em cima da definição de microrregiões? Sugestão do Ministério da Economia: estipular um prazo para isso; se não houver definição no tempo fixado, a Agência Nacional de Águas (ANA) ganharia poderes para fazer esse desenho.

Auxiliares de Guedes calculam que haja espaço para até 400 blocos de municípios - de 15 a 20 por Estado - em todo o país. Tasso, segundo fontes, ainda estaria reticente ao estabelecimento de prazo. O senador tucano acredita que a União teria outras formas de acelerar uma decisão dos governadores, condicionando, por exemplo, o repasse de recursos federais para as próprias obras de saneamento tocadas pelas futuras concessionárias.

Outro ponto complexo da discussão é relativo à sucessão dos contratos atualmente em vigor. Uma das ideias da equipe econômica é que a concessionária vencedora da licitação no âmbito da microrregião pague indenizações para as empresas que estão em cada município desse conjunto, substituindo seu contrato. Isso mitigaria o problema do descasamento de prazos entre os contratos municipais dentro de uma mesma microrregião.

O governo entende que o caminho da privatização do setor de saneamento é a melhor saída para superar a enorme falha de cobertura de água e esgoto tratados no Brasil. No Brasil, metade das residências não tem rede de esgoto, o que gera "um Vietnã de crianças mortas por ano".

A visão da equipe econômica é que o atual modelo estatal acaba servindo muito mais a interesses políticos, de apadrinhamento de aliados em cargos bem remunerados, em vez de privilegiar a universalização e a qualidade dos serviços.

O desfecho da MP do Saneamento, que expira em 3 de junho, é crucial para o futuro da Sabesp, a estatal paulista da área. O governo João Doria (PSDB) tem flertado com a ideia de se desfazer da estatal, ainda que atrele essa decisão à configuração final da legislação que está sendo discutida no Congresso Nacional.

Veículo: Valor Econômico	Caderno: Legislação & Tributos
Data 24/04/2019	Página: E1



ICMS no Imposto de Renda

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai analisar, por meio de recursos repetitivos (REsp 1.767.631, REsp 1.772.634 e REsp 1.772.4700), a possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), quando apurados pela sistemática do lucro presumido. Até o julgamento dos recursos e a definição da tese pelos ministros, foi determinada em todo o território nacional a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão controvertida. O tema está cadastrado com o número 1.008 no sistema de acompanhamento dos repetitivos. a definição da tese pelo STJ vai servir de orientação às instâncias ordinárias da Justiça, inclusive aos juizados especiais, para a solução de casos fundados na mesma questão jurídica.

24/04/2019 - 05:00

Economia desacelera e inibe a reação do mercado de trabalho

Por

Nos próximos dias, novos indicadores do mercado de trabalho serão divulgados pelo IBGE e pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia. Dificilmente serão motivo de comemoração no Dia do Trabalho, em 1º de maio. A expectativa é que os indicadores de emprego referentes a março não mostrem melhoria significativa diante da revisão para baixo realizada nas últimas semanas das perspectivas para a economia neste ano.

Um certo otimismo chegou a ganhar forma após os dados do Caged de fevereiro superarem as expectativas com a criação de 173,1 mil vagas formais, o maior número para o mês desde 2014 e o sexto melhor desde o início da série histórica, em 1992. Com esse resultado, o ano acumulou 211,5 mil empregos criados. O levantamento mostrou a expansão do mercado de trabalho em sete dos oito setores econômicos no mês. O único que mais fechou postos do que abriu foi o agrícola. Como o carnaval ficou para março, houve impacto positivo do maior número de dias úteis no mês. Apesar das comemorações do governo, o salário médio real de admissão segue inferior ao de desligamento, refletindo a deterioração.

Os dados posteriores do IBGE confirmaram que há motivos para cautela. A taxa de desemprego ficou em 12,4% no trimestre móvel encerrado em fevereiro, de acordo a Pnad Contínua. Apesar de registrar declínio em comparação com os 12,6% do mesmo período de 2018, a taxa ficou acima da apurada no trimestre móvel anterior, encerrado em novembro, de 11,6%, e acabou sendo criticada pelo presidente Jair Bolsonaro, descontente com o termômetro e incapaz de fazer a febre retroceder. A população ocupada, incluindo empregados, empregadores e autônomos, totalizava 92,1 milhões em fevereiro, 1 milhão a menos da mesma base de comparação.

Nada menos do que 13,1 milhões de pessoas estavam desempregadas em fevereiro, 892 mil a mais do que no trimestre móvel anterior, ou 7,3%. Outras 27,9 milhões de pessoas formavam o batalhão de mão de obra subutilizada, que inclui desempregados, subocupados, que estão empregados e gostariam de trabalhar mais, e as pessoas que não buscam emprego, mas estão disponíveis para trabalhar. O grupo dos subutilizados aumentou para 24,6% da força de trabalho, acima dos 23,9% do trimestre anterior. Apenas os desalentados chegavam a 4,9 milhões de pessoas, 150 mil a mais na comparação ao trimestre móvel anterior. Em relação ao mesmo período do ano passado, o desalento cresceu 6%.

Pesquisa feita pelo **Valor** confirma a expectativa de redução na geração de vagas em março. A média das estimativas de 17 consultorias e instituições financeiras aponta a criação de 70 mil novos empregos formais no mês passado, menos da metade do contabilizado em fevereiro. A baixa confiança dos empresários em relação à recuperação da economia explica o quadro. O economista José Pastore, especialista em mercado do trabalho, chegou a dizer que, mesmo que a reforma da Previdência seja aprovada, uma recuperação mais consistente do mercado de trabalho somente será sentida a partir do próximo ano (**Valor**, 29/3). As projeções do Instituto Brasileiro de Economia da FGV vão na mesma direção.

A taxa de desemprego deve continuar em dois dígitos por algum tempo e pequeno progresso deve ocorrer basicamente com a oferta de trabalhos informais, poucos formais, e quase nenhuma recuperação salarial. O aumento do número de pessoas procurando emprego contribui para frear a melhoria da remuneração. Para o Caged, a previsão é de criação de 740 mil a 750 mil vagas neste ano, de toda forma acima das 421 mil criadas em 2018.

As previsões para o mercado de trabalho são coerentes com as estimativas para a economia, que esfriaram. Não são poucos os motivos para a mudança de clima, acelerada pelos primeiros percalços do novo governo em levar adiante as reformas prometidas. Outros fatores contribuíram, como a tragédia de Brumadinho (MG), que afeta a indústria extrativa, e o aprofundamento da crise argentina, que repercute na indústria brasileira, além da fraca taxa de investimento, da letargia na construção civil, da desalavancagem das famílias e empresas, e da lenta queda do custo do dinheiro, com a resistência dos spreads bancários. Pesquisa Focus divulgada na segunda-feira mostrou a que a previsão para o PIB deste ano, que estava em 2% há um mês, recuou a 1,71% agora. Não são poucas as instituições financeiras que esperam taxa ainda menor, mais perto de 1%. O primeiro trimestre pode até apresentar uma taxa negativa.

FOLHA DE S.PAULO

Governo oferece R\$ 40 mi em emendas a deputados que votarem pela reforma

Valor prometido por Onyx cresce 65% ao que parlamentares podem manejar no Orçamento; congressistas dizem que acordo não foi fechado

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Angela Boldrini, Camila Mattoso e Ranier Bragon

BRASÍLIA Líderes de cinco partidos governistas confirmaram à *Folha* que o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), ofereceu destinar um extra de R\$ 40 milhões em emendas parlamentares até 2022 a cada deputado federal que votar a favor da reforma da Previdência no plenário da Câmara.

A proposta foi realizada na casa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), na semana passada.

A estratégia de Onyx representa um acréscimo de 65% no valor que cada deputado pode manejar no Orçamento federal de 2019 para obras e investimentos de infraestrutura em seus redutos eleitorais.

Hoje, os congressistas têm direito a R\$ 15,4 milhões em emendas parlamentares. Com os R\$ 10 milhões extras por ano, esse valor pularia para R\$ 25 milhões.

O extra viria de rubricas de fora do volume reservado para as emendas, mas, de acordo com os deputados, o ministro não detalhou a fonte.

Os deputados têm direito a emendas impositivas e, caso seja aprovada a PEC (Proposta

de Emenda à Constituição) do Orçamento impositivo, a partir de 2020, também passarão a ser de execução obrigatória os recursos de bancada.

Os valores propostos por Onyx, porém, não estão dentro desses recursos. Segundo técnicos, não existe a previsão legal de "emendas extraorçamentárias", mas a prática é recorrente entre políticos.

A *Folha* confirmou a existência da proposta com deputados de DEM, PP, PSD, PR, PRB e Solidariedade. Todos passaram a informação mediante a condição de que não tivessem o nome publicado.

A reportagem enviou questionamentos no fim da tarde e no início da noite desta terça (23) ao presidente da Câmara e ao ministro da Casa Civil do governo Jair Bolsonaro (PSL). Contudo não obteve resposta.

Uma das principais promessas de campanha de Bolsonaro foi colocar fim ao chamado "toma lá, dá cá", que é a antiga prática de governos obterem apoio no Congresso em troca de cargos federais, verbas do Orçamento ou outras benesses da máquina pública.

A reforma da Previdência é a principal proposta deste início de gestão Bolsonaro. O texto foi apresentado ao Congresso no dia 20 de fevereiro.

A proposta elaborada pela equipe econômica do mi-

+
PRESIDENTE DO ITAÚ VÊ DISPOSIÇÃO DO GOVERNO POR REFORMA
O presidente do Itaú Unibanco, Candido Bracher, afirmou que há disposição do governo para melhorar a produtividade da economia. "Há trabalho no governo, há direção e há uma disposição muito grande de atingir objetivos que levem o país a ter maior produtividade, maior competitividade", disse. Ele citou a reforma da Previdência e o projeto de independência do Banco Central.

nistro Paulo Guedes promete uma economia de mais de R\$ 1 trilhão aos cofres públicos nos próximos dez anos.

O texto, em fase inicial de tramitação, foi aprovado na noite desta terça na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). A proposta enfrentou dificuldade nessa primeira fase de tramitação, na qual teve a votação adiada pelo menos três vezes. O projeto só andou após o governo ceder e fechar acordo com os partidos do centrão para desidratar o texto já no primeiro colegiado. A CCJ é responsável por avaliar a constitucionalidade da proposta.

O governo e Maia defendiam que só se mexesse no texto na segunda fase. Após a votação de admissibilidade, a PEC precisa passar ainda por uma comissão especial, na qual terá o mérito de toda a proposta analisado.

Partidos do centrão cobram da gestão Bolsonaro participação no governo e maior empenho na liberação das emendas para aprovar a medida.

Segundo os parlamentares ouvidos pela *Folha*, apesar da proposta de Onyx, não foi celebrado um acordo. Alguns deles dizem desconfiar da palavra do Planalto, afirmando que nada garante que o governo irá cumprir a promessa pelos próximos quatro anos.

Secretário da Previdência diz ainda não ter em detalhes cálculos do impacto do projeto

BRASÍLIA Dois meses após apresentar a proposta, o governo ainda precisa fazer os cálculos detalhados sobre o impacto de cada medida da reforma da Previdência.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, disse que, na quinta-feira (25), a equipe econômica irá divulgar parte desses dados, mas contas ainda precisam ser realizadas.

“É na comissão especial que vamos apresentar o conjunto dos documentos até porque a desagregação significa impactar o modelo que está sendo utilizado. Cálculos precisam ser feitos. Houve vários pedidos de deputados de esclarecimentos. Estamos atendendo a esses pedidos. Não há da nossa parte dificuldade em ter transparência nesse processo.”

Reportagem publicada neste domingo (21) pela Folha mostrou que a Secretaria Especial de Previdência e Traba-

lho, vinculada ao ministério, blindou esses papéis.

A decisão consta de resposta a pedido do jornal, formulado com base na Constituição e na LAI (Lei de Acesso à Informação), cujo objetivo é conhecer com mais profundidade estatísticas, dados econômicos e sociais que sustentam o texto que está no Congresso.

A solicitação foi enviada ao governo em 12 de março e negada em 15 de abril.

A comissão especial é a segunda etapa para a Câmara aprovar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que endurece as regras de aposentadorias. A primeira é a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), aprovada na noite desta terça (23).

Deputados cobram da equipe econômica mais transparência, por exemplo, sobre o efeitos do endurecimento dos critérios para aposentadoria rural e do novo

+
GOVERNO TEMER LIBEROU ACESSO A ESTUDOS
Ao analisar solicitação idêntica à do jornal, feita por um cidadão em 2017, a Ouvidoria-Geral da União, vinculada à CGU, entendeu que os pareceres da reforma de Temer deveriam ser liberados após o envio ao Congresso. A Casa Civil remeteu o material pleiteado ao cidadão.

modelo do BPC (benefício pago a idosos carentes).

Partidos de oposição tentam derrubar na Justiça o sigilo imposto pelo governo Jair Bolsonaro aos pareceres e estudos técnicos que embasam a reforma.

Na segunda (22), a Rede Sustentabilidade apresentou ao Supremo mandado de segurança para suspender o ato administrativo que determinou o sigilo dos papéis.

Na ação, o partido argumenta que a Constituição dá a todos o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, e que a administração pública deve observar o Princípio da publicidade de seus atos.

PT, PDT, PCdoB e PSOL apresentaram à Justiça Federal em Brasília outro mandado de segurança para derrubar o sigilo. **Thiago Resende e Angela Boldrini e Fábio Fabrini**

Veículo: Correio Brasiliense	Caderno: Economia
Data: 24/04/2019	Página: -

CORREIO BRAZILIENSE

Reforma dará confiança e impulsionará crescimento, avalia Meirelles

O ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles defende aprovação das mudanças no sistema previdenciário. Diz que capitalização pode ajudar na formação de poupança do país e no aumento do investimento

Cláudia Dianni Hamilton Ferrari Rosana Hessel

postado em 24/04/2019 06:00 / atualizado em 23/04/2019 23:21



'A confiança é fundamental. O grande impulsionador do crescimento após a reforma da Previdência vai ser o aumento da confiança, por razões sólidas, pela questão do controle do deficit público no futuro'(foto: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press)

A mudança no sistema previdenciário tem impacto fiscal de médio e longo prazos, mas será fundamental para a retomada “imediate” da confiança de investimentos no país, na avaliação do ex-ministro da Fazenda e ex-candidato à Presidência pelo MDB, Henrique Meirelles. “A confiança é fundamental. O grande impulsionador do crescimento após a reforma da Previdência vai ser o aumento da confiança, por razões sólidas, pela questão do controle do deficit público no futuro”, afirmou ele, em entrevista ao **Correio**. Ele reforça que o mais importante é o reequilíbrio fiscal do país.

O secretário de Fazenda do Estado de São Paulo destacou que o fraco crescimento da economia é resultado da queda na confiança em geral, porque as expectativas em relação ao resultado das eleições não se concretizaram. “Acredito que houve uma reavaliação de expectativa. Em 2018, houve uma incerteza criada por um processo de polarização muito grande e o que ocorreria em função disso. Posteriormente, em 2019, exatamente porque se passou a aguardar muito a votação da reforma, o processo mais prolongado não foi previsto pelos analistas”, explicou.

Meirelles reconheceu que o país não conseguirá voltar crescer mais fortemente se continuar a investir no patamar registrado em 2018, de 15,8% do Produto Interno Bruto (PIB). “O nível de investimento da economia brasileira está baixo. O grande desafio do Brasil hoje é aumentar o investimento”, destacou. Nesse sentido, a mudança para o modelo de capitalização proposto pela nova reforma da Previdência, poderá ajudar, porque será uma forma de aumentar a poupança a longo prazo. Em 2018, a taxa de poupança foi de 14,5% do PIB, uma das mais baixas da América Latina, cuja média é de 17,6% do PIB, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O ex-ministro evitou fazer comparações entre a proposta enviada por ele, durante o governo Michel Temer e a atual. O texto que tramitava no Congresso foi deixado de lado pelo atual governo, que apresentou a nova reforma com economia prevista de R\$ 1 trilhão em 10 anos. Meirelles, inclusive, defendeu que ela seja preservada “o máximo possível”.

De acordo com o ex-ministro, se a mudança no sistema de aposentadorias for aprovada, o país conseguirá crescer mais e de forma sustentável. Isso, se as reformas de aumento da produtividade e tributária forem encaminhadas na sequência, assim como as privatizações. “A única solução para o investimento pesado em infraestrutura é por meio de privatização. Concessões e privatizações são o caminho que o Brasil tem que seguir. Primeiro, a reforma tributária, depois, um processo intenso em investimento em infraestrutura, para baixar o custo de transporte no Brasil, e outra série de medidas de aumento de produtividade, como aumento de desburocratização, simplificação de abertura e empresa, etc. Uma série de projetos que deixamos prontos para serem apresentados no Congresso”, elencou.

Privatizações

O ex-ministro está focado, atualmente, no programa de desestatização em São Paulo e o conselho liderado por ele está na fase de elencar as prioridades.”A meta é fazer o maior número possível de privatizações. Temos uma lista de 200 de desestatizações e concessões possíveis”, disse. Segundo ele, além de concessão de rodovias e de empresas, o governo pretende realizar parcerias com a União, como no caso da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), que será transferida da União para o governo de São Paulo e mudará de endereço até o fim de 2020.

Ele afirmou que esse foi um dos temas da conversa entre o presidente Jair Bolsonaro, o governador paulista João Doria (PSDB) e ele ontem. “Conversamos sobre a possibilidade de que a gestão seja transferida para o estado e se estabeleça lá (no local da atual Ceagesp) um centro nacional de tecnologia, levando o Vale do Silício para São Paulo. Existe uma demanda muito grande. Isso foi discutido e o presidente sinalizou positivamente sobre essa revolução”, contou.

Tribuna

CCJ dá aval à Previdência. Texto segue para comissão especial

POR GUSTAVO GARCIA E
FERNANDA CALGARO
G1 — BRASÍLIA

Após quase nove horas de uma sessão marcada por diversos embates entre deputados, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou no fim da noite de ontem (23) o relatório do deputado Marcelo Freitas (PSL-MG) e, com isso, deu aval à tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência. Coube à CCJ analisar se a proposta do presidente Jair Bolsonaro está de acordo com a Constituição. Esta foi a primeira etapa da tramitação da reforma. Na prática, com a aprovação na CCJ, a proposta seguirá para uma comissão especial, res-

ponsável por analisar o mérito da reforma, ou seja, discutir efetivamente as mudanças sugeridas pelo governo. Somente depois da comissão especial é que o texto seguirá para o plenário da Câmara.

A PEC da reforma da Previdência foi entregue por Bolsonaro ao Congresso em 20 de fevereiro. Na ocasião, o presidente esteve no gabinete do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para entregar o texto. Apresentada como uma das principais medidas para o equilíbrio das contas públicas, a proposta prevê, entre outros pontos, idade mínima para a aposentadoria de mulheres (62 anos) e de homens (65 anos). Inicialmente, o presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR), havia estimado que a votação

aconteceria na primeira semana de abril. Depois, passou a prever que a análise seria no dia 17. Como não houve consenso entre os partidos, legendas da oposição e do "Centrão" conseguiram adiar em uma semana a votação.

A aprovação do parecer só foi possível após um acordo entre o governo e líderes de alguns partidos do "Centrão". O entendimento, articulado nos últimos dias, foi anunciado pelo relator da proposta ontem. As mudanças foram consolidadas em uma complementação do parecer, lida por Marcelo Freitas durante a sessão da CCJ. No texto, Freitas disse ser contrário a argumentos apresentados por quem defendia mudanças no relatório. No entanto, ressaltou a importância de se "valori-

zar o consenso e o entendimento majoritário". "Importamos [...] dar prosseguimento à tramitação da proposta, com a urgência que o tema requer. Por essas razões fundamentais, reformulamos a conclusão do nosso parecer", afirmou.

PONTOS RETIRADOS - Quatro pontos foram retirados da PEC da Previdência. A proposta retirava a obrigatoriedade de recolhimento de FGTS do trabalhador que já for aposentado e do pagamento da multa de 40% na rescisão contratual em caso de demissão desses trabalhadores. Ou seja, se uma pessoa trabalhasse por 30 anos, se aposentasse e continuasse trabalhando por mais 5 anos, não receberia mais a multa indenizatória nem teria direito a novos recursos do



CCJ DA CÂMARA analisou se proposta está de acordo com Constituição. Sessão durou quase nove horas e foi marcada por embates entre deputados

FGTS; Competência da Justiça Federal para ações contra o INSS. Pela proposta do governo, as ações contra a União poderiam ser feitas apenas nas seções judiciárias em que o autor tiver domicílio ou que houver ocorrido "ato ou fato" que deu origem à tal demanda. Com a retirada desse item da proposta, as ações contra a União podem ser feitas também no Distrito Federal.

Retirada da definição de aposentadoria compulsória da Constituição, transferindo mudanças para lei complementar: O dispositivo permitiria definir a idade máxima para aposentadoria compulsória dos servidores públicos por meio de lei complementar, que exige

quórum mais baixo do que uma proposta de emenda constitucional. Recentemente, a idade máxima foi elevada de 70 para 75 anos, o que permitiu que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de outros tribunais ficassem mais tempo no cargo. A brecha facilitaria uma mudança na composição dos tribunais superiores pretendida por aliados do governo para aumentar a influência sobre o Judiciário. Mudança nas regras previdenciárias por meio de projeto de lei complementar: Dispositivo que deixaria apenas nas mãos do Executivo federal a possibilidade de apresentar projeto de lei complementar para alterar as regras da Previdência.

Tribuna

Subsídios do governo atingem o menor percentual do PIB

Os subsídios concedidos pelo governo federal atingiram em 2018 a menor proporção em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) desde 2010, informou ontem o Ministério da Economia. A União abriu mão de R\$ 314,2 bilhões no ano passado, o equivalente a 4,6% do PIB, dando continuidade à trajetória de quedas iniciada após o pico em 2015, quando os subsídios chegaram a 6,7% do PIB. Em 2010, eles ficaram em 4,2%. É o que mostra reportagem da Agência Estado. A redução se deu principalmente porque o governo concedeu menos benefícios financeiros e creditícios, que incluem equalização de juros e o subsídio implícito quando bancos públicos emprestam a um custo menor que o Tesouro paga para se financiar com a emissão de títulos públicos. Esses benefícios somaram R\$ 21,4 bilhões em 2018 (0,3% do PIB), depois de terem chegado a R\$ 128,8 bilhões em 2015.

Os gastos tributários (aquilo que o governo abre mão

de arrecadar em impostos e contribuições), por sua vez, são os mais significativos em valores absolutos e se mantiveram estáveis na passagem de 2017 para 2018. Eles somaram R\$ 292,8 bilhões no ano passado (4,3% do PIB).

“No período entre 2003 e 2015, os subsídios mantiveram tendência crescente, saltando de 3% (2003) para 6,7% do PIB (2015), o que contribuiu significativamente para a deterioração das contas públicas nesse período”, observa o Ministério da Economia.

Segundo a pasta, as principais ações que possibilitaram redução dos subsídios no ano passado foram a devolução antecipada de recursos pelo BNDES ao Tesouro Nacional, a reformulação das regras de financiamento estudantil pelo Fies (que restringiu os subsídios) e a implementação da nova Taxa de Longo Prazo (TLP), que é referência para empréstimos do BNDES e é mais próxima do custo de captação do governo federal.

Tribuna

Paulo Guedes corta gastos e suspende contratações de imóveis e veículos

ESTADÃO CONTEÚDO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, suspendeu a partir de ontem novas contratações feitas por órgãos do Poder Executivo relativas a aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, a fornecimento de jornais e revistas em meio impresso e a serviços de ascensorista. A decisão está em portaria no Diário Oficial da União (DOU) e, segundo a publicação, visa à racionalização do gasto público. A norma não determina o prazo de vigência da suspensão.

A medida, no entanto, não se aplica a imóveis destinados à reforma agrária e aqueles administrados pelo Ministério da Defesa ou pelos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica; à aquisição de veículos de representação para uso exclusivo do presidente e do vice-presidente da República; à prorrogação ou substituição contratual de aluguel de imóveis, veículos e máquinas; e a despesas relacionadas a



O MINISTRO da Economia, Paulo Guedes, suspendeu novas contratações feitas por órgãos do Poder Executivo relativas a aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos

censo demográfico ou agropecuário e a ações de defesa civil.

“Os órgãos e entidades, excepcionalmente, poderão solicitar autorização específica para realizarem a aquisição ou locação de imóveis e a aquisição de veículos”, cita a norma. “As solicitações deverão ser encaminhadas pela Secretaria Exe-

cutiva do respectivo Ministério interessado à Secretaria Executiva do Ministério da Economia para análise, acompanhadas de justificativas fundamentadas quanto à projeção de gasto até o término do exercício e dos aspectos de economicidade, relevância e urgência, até o dia 30 de novembro de cada ano”, acrescenta.

Tribuna

Após 18 dias, Petrobras volta a aumentar o preço da gasolina

A Petrobras anunciou ontem um aumento médio de R\$ 0,0396 no preço da gasolina nas suas refinarias, após 18 dias sem reajustes. Com a alta, o preço médio por litro passa a R\$ 1,975 – um reajuste de 2,046% em relação ao preço médio anterior de R\$ 1,9354.

Pelo preço médio, a gasolina da Petrobras tem seu maior valor desde 30 de outubro de 2018, segundo dados publicados anteriormente pela estatal. Naquela ocasião, o litro do combustível era vendido, em média, por R\$ 1,9855.

O reajuste desta terça vai na mesma linha do avanço dos preços da gasolina

no mercado internacional. De acordo com a Reuters, a gasolina nos EUA subiu 8,5% de 5 de abril até a segunda-feira, na esteira dos valores do petróleo, que também atingiram seus maiores níveis em quase seis meses.

Na segunda-feira, a estatal anunciou uma mudança na divulgação dos seus preços de combustíveis. A Petrobras decidiu passar a publicar em seu site os valores dos combustíveis em todos os seus pontos de venda, e não mais a média como fazia anteriormente.

Segundo a Petrobras, a mudança na publicação dos preços atende a pedidos do mercado e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e

Biocombustíveis (ANP), que se queixavam de que a média nacional não dava a transparência necessária sobre como a petroleira estava atuando em seus pontos de venda.

Agora, a petroleira informa ainda o preço médio do diesel por tipo (S10 e S500). Antes, a informação era somente sobre o preço médio do combustível. “A Petrobras está fortemente comprometida com a transparência e repudia práticas monopolistas”, disse a empresa em nota. A mudança foi feita após a polêmica envolvendo o presidente Jair Bolsonaro, cuja ação resultou em cancelamento de um reajuste do diesel anunciado no início do mês.

24/04/2019 - 05:00

As relações entre crédito e atividade econômica

Por **Mauricio Furtado**

Diante do desempenho da atividade econômica, emergiu no debate público uma controvérsia acerca do ritmo de crescimento do PIB no futuro próximo. Um grupo de analistas ressalta que existiria uma tendência de aceleração da economia nos próximos meses. Isso ocorreria por conta da dissipação de choques contracionistas que surgiram em 2018 e do impulso da política monetária, que estaria em território expansionista.

Outro grupo de analistas se mostra cético em relação à aceleração da atividade e defende que não existiriam dados concretos que dessem suporte a essa leitura. Na verdade, os dados disponíveis até o momento estariam indicando o oposto, isto é, uma desaceleração da economia nos meses à frente.

A resposta do grupo mais otimista à argumentação dos céticos envolve o desempenho do saldo da carteira de crédito. Uma vez que essa variável estaria crescendo, a política monetária estaria cumprindo seu papel de estímulo, e o crescimento do PIB tenderia a aumentar.

Como o crédito tem importância central no debate atual, cabe perguntar: qual seria a relação entre crédito e atividade econômica?

Em teoria, dois canais se destacam, um pelo lado da demanda e outro pelo lado da oferta. O primeiro decorre da visão que os componentes da demanda agregada - consumo, investimento, gastos do governo e exportações líquidas - se constituem nas principais fontes das flutuações econômicas de curto prazo. Como uma parcela dos gastos em consumo e investimento é financiada por meio de crédito, é de se esperar que essa variável caminhe de mãos dadas com o nível do Produto Interno Bruto (PIB).

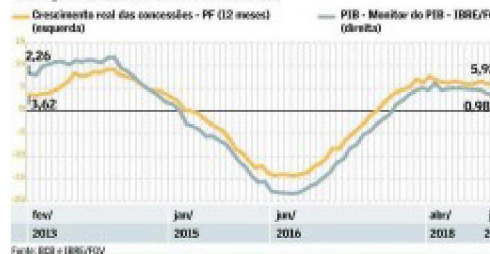
Pelo lado da oferta, há discrepâncias entre os gastos inerentes à produção e o montante de recursos próprios das empresas disponíveis para uso imediato. Por conta disso, o processo produtivo demanda a utilização de capital de giro captado junto aos bancos para, por exemplo, a aquisição de bens intermediários. Nesse sentido, também é de se esperar que a concessão de crédito acompanhe o nível de atividade econômica.

Percebe-se, portanto, que há uma relação teórica (pela demanda ou pela oferta) entre as concessões de crédito e o nível do PIB. Uma consequência disso é que, se estivermos interessados no crescimento do PIB - ao invés de seu nível -, a relação deveria se dar com o crescimento das concessões de crédito.



Concessões para PF e PIB

Varição acumulada em 12 meses (%)



exercício, foi possível verificar que:

- o crescimento do saldo da carteira de crédito não é um bom indicador para monitorar o crescimento do PIB e
- o crescimento das concessões é um indicador razoável, mas apresenta limitações.

Crescimento da concessão de crédito à pessoa física tem alta correlação com o crescimento do PIB

O crescimento do saldo da carteira se mostrou inadequado porque é extremamente defasado em relação ao crescimento do PIB e não capta bem as flutuações de curto prazo. Por exemplo, a partir do primeiro trimestre de 2018 o crescimento do PIB se estabilizou, mas o crescimento do saldo estava em elevação, gerando a falsa impressão de que a atividade econômica estaria ganhando tração.

O crescimento das concessões, por sua vez, foi bastante aderente ao crescimento do PIB, capturando bem os sinais das flutuações, no entanto, também apresentou um comportamento defasado. Isso significa que os dados de concessões totais poderiam ser utilizados para indicar a robustez de um processo de crescimento, mas dificilmente serviriam para verificar o comportamento contemporâneo da economia.

Investigando mais a fundo, realizamos um último exercício, segmentando o crescimento das concessões entre pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ). Isso é importante porque, como o financiamento ao consumo e à habitação é destinado à PF, e o financiamento ao investimento e à produção é destinado à PJ, é bastante possível que esses componentes tenham dinâmicas distintas.

Com isso, conseguimos verificar que o crescimento das concessões para PJ é extremamente defasado em relação ao crescimento do PIB. Por outro lado, o crescimento da concessão de crédito para PF mostrou uma aderência contemporânea extremamente elevada em relação ao crescimento do PIB (gráfico). A correlação entre as duas séries é de 97%.

Esse exercício sugere que, caso o interesse ao se avaliar o desempenho do mercado de crédito seja a atividade econômica, o foco deve recair sobre as concessões de crédito à PF. Utilizando-se esse indicador, observa-se com clareza que não há motivo para se esperar uma aceleração significativa da atividade econômica nos próximos meses, reforçando os sinais emitidos por outros indicadores de atividade - como o IBC-Br, a taxa de desemprego, e as pesquisas mensais da indústria e do comércio.

Os dados parecem corroborar, assim, a visão do grupo de analistas mais céticos em relação à aceleração da economia no futuro próximo. De fato, à luz das informações disponíveis, é pouco provável um crescimento do PIB acima de 1,5% em 2019.

Mauricio Furtado é economista.

Outra consequência é que o crescimento do saldo da carteira de crédito não deveria ser utilizado como um indicador de crescimento do PIB, como ocorre com frequência no debate público. De fato, o crescimento do saldo da carteira de crédito deveria ter alguma relação, ainda que não muito estreita, com as concessões de crédito e com o nível do PIB, mas não com o crescimento do PIB.

Até o momento, exploramos a relação teórica entre crédito e atividade econômica, mas o que os dados mostram?

Para responder, utilizamos os dados de saldo da carteira de crédito e de concessões de crédito do Banco Central (deflacionados pelo IPCA), e os dados de PIB do Monitor do PIB do Ibre/FGV, todos em frequência mensal. Comparamos, então, o crescimento em 12 meses dos saldos e das concessões com o crescimento do PIB - também em 12 meses - por meio de gráficos. A partir desse simples